



**Boletim da Célula do  
Centro Hospitalar Lisboa Norte**

**Orçamento do Estado para 2019**

Fruto da contribuição e intervenção do PCP e da luta dos trabalhadores, o Orçamento do Estado (OE) para 2019, aprovado na generalidade no dia 30 de Outubro incorpora um conjunto de medidas de sentido positivo que correspondem a **novos avanços e progressos na reposição e conquista de direitos.**

O OE para 2019, tal como os anteriores, caracteriza-se por opções estruturantes da responsabilidade do Governo do PS que correspondem a orientações da União Europeia e aos constrangimentos do Euro, limitando e até impedindo em diversos aspectos, a resposta adequada a questões centrais indispensáveis para assegurar o desenvolvimento económico e social do País.

O PCP bate-se pelo aumento geral dos salários, incluindo o **Salário Mínimo Nacional para 650€** a partir de Janeiro de 2019, e **na Administração Pública abrangendo todos os trabalhadores**, visando a recuperação do poder de compra. O Orçamento apresentado envolve a possibilidade, já admitida pelo Governo, de descongelar os salários dos trabalhadores da Administração Pública, imposto desde 2009.

	<b>Aumento mínimo de 10 euros nas pensões de reforma</b>	<input checked="" type="checkbox"/>
	<b>Manuais escolares gratuitos até 12.º ano</b>	<input checked="" type="checkbox"/>
	<b>Fim da penalização do factor de sustentabilidade</b>	<input checked="" type="checkbox"/>
	<b>Eliminação do regime de colecta mínima obrigatória do PEC</b>	<input checked="" type="checkbox"/>
	<b>Redução do custo da energia</b>	<input checked="" type="checkbox"/>
	<b>Aumento do Abono de família entre os 3 e os 6 anos</b>	<input checked="" type="checkbox"/>

Partilha #marcaspcp OE2019

**Índice**

*Pág.1 Orçamento do Estado;*

*Pág.2 Mais investimento, Mais profissionais para o SNS;*

*Pág.3 Lutas a relembrar;*

*Pág.4 Manifestação Nacional – 15 de Novembro.*

# Mais investimento, Mais profissionais para o SNS

A ofensiva dos sucessivos Governos contra o SNS engloba também o ataque e a degradação dos direitos dos trabalhadores do sector.

A **escassez de recursos humanos**, situação crónica que se vem agravando, tem vindo a **colocar em risco a saúde física e psíquica dos trabalhadores**. São cada vez mais recorrentes as situações de aumento dos ritmos de trabalho, do uso e abuso das horas extraordinárias, em geral não pagas nem compensadas; de exaustão dos trabalhadores, potenciando acidentes de trabalho e, conseqüentemente, aumentando o absentismo.

O ataque ao SNS, aprofunda a **degradação dos direitos dos trabalhadores, designadamente a destruição do vínculo público e das carreiras profissionais**. A transformação da generalidade das instituições hospitalares em Entidades Públicas Empresariais (EPE) levou à privatização do vínculo para efeitos de contratação, com a conseqüente desigualdade entre trabalhadores que, exercendo as mesmas funções, possuem diferentes direitos. Em matéria de carreiras, as alterações legislativas (Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações e Lei do Contrato de Trabalho em Funções Públicas) degradaram as condições de desenvolvimento profissional e salarial da maioria dos trabalhadores da saúde, fomentando a deslocação de muitos para o sector privado, ou para o estrangeiro.

Se alguns trabalhadores do sector da saúde viram as suas **carreiras desvalorizadas**, houve outros – como no caso dos **Auxiliares da Acção Médica** – que as viram **completamente desmanteladas**, defraudando legítimas expectativas e lançando-os na estagnação profissional. Realidade que irão reverter!

É de referir no **Hospital de Sta. Maria** existem **serviços em pré-ruptura**, como é o **caso das urgências**, por **falta de pessoal**. Os trabalhadores são expostos a **horários inoportáveis, sendo recorrente o recurso a horas extraordinárias**, que levam à exaustão física e psicológica.

Neste mesmo hospital recorre-se a **empresas de trabalho temporário** para suprimir necessidades permanentes, nomeadamente a GESBANHA, a EGOR, MANPOWER e TALENTER.

**Se é uma necessidade permanente, por que razão não existe um vínculo efectivo?** É injustificável o recurso a contratos de trabalho precários, uma vez que estes trabalhadores não estão a suprir necessidades sazonais.

Torna-se **imperativo contratar os profissionais de saúde em falta nos mais diversos serviços através de vínculo adequado**, passando todos os trabalhadores para o vínculo público de nomeação definitiva.

Para tal, é **necessário intensificar a luta dos trabalhadores do sector da saúde**. Para além das lutas sectoriais, que permitem alguns avanços, é necessário reforçar a **união entre todos os trabalhadores** – auxiliares de acção médica, enfermeiros, assistentes técnicos, administrativos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, médicos, pessoal da limpeza e segurança. Só com **a unidade e solidariedade nas várias lutas**, sectoriais ou gerais, se consegue **reforçar e continuar a defender a reposição de direitos laborais**, melhores condições de trabalho, salários e carreiras dignas para todos os trabalhadores.



## Lutas a Relembrar

A célula do PCP está e estará solidária com as justas lutas dos trabalhadores. A 25 de Julho deste ano os trabalhadores do Centro Hospitalar de Lisboa Norte estiveram em greve. Dezenas de trabalhadores concentraram-se às portas do Hospital de Sta Maria – representados pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS/CGTP-IN) – lutando contra a falta de pessoal e pela devida contagem do tempo de serviço dos trabalhadores com contratos individuais de trabalho. São milhares de trabalhadores, de diversas profissões e carreiras, que se encontram nesta situação. Existem muitos trabalhadores com mais de 15 anos de serviço que, se não lhes for contado este tempo, começam agora da estaca zero.



A 11 de Outubro foram os enfermeiros que se concentraram à porta do Hosp. Sta Maria.

A manifestação de 19 de Outubro, realizada pelos enfermeiros, foi o culminar de vários dias de greve. Foi nesse mesmo dia, frente ao Ministério da Saúde, que os enfermeiros exigiram, no fundamental:

→ A justa e correcta contagem dos pontos para efeito do **descongelamento das Progressões**, a **todos os enfermeiros**, independentemente do vínculo (Contrato de trabalho em Funções Públicas e Contrato individual de Trabalho);

→ A admissão de **mais enfermeiros**;

→ Que o Governo apresente uma VERDADEIRA proposta negocial que dignifique a Carreira de Enfermagem e que respeite o “Acordo de Compromisso sobre princípios gerais de alteração da Carreira de Enfermagem”.

Saudamos a grande greve nacional promovida pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública no dia 26 de Outubro, tendo como objetivo pressionar o Governo a **garantir, em 2019, aumentos salariais e a valorização das carreiras na função pública.**



O PCP, certo de que só a luta dos trabalhadores e do povo pode assegurar uma verdadeira alternativa, apelou a todos os trabalhadores da Administração Pública a participar em força nesta greve nacional, que foi um grande contributo para a luta pela reposição e conquista de direitos dos trabalhadores.

Os **Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêuticas** estiveram em luta. Em causa está a intenção do Governo de encerrar o processo negocial de revisão da carreira sem chegar a acordo com os sindicatos.

Também os **Médicos** estiveram em greve nos dias 8, 9 e 10 de Maio. As principais reivindicações são a negociação das carreiras e grelhas salariais, além da contratação de mais médicos para o SNS.

*O PCP continuará a bater-se por um Serviço Nacional de Saúde que sirva a população e que não seja mais uma plataforma para continuar a transformar a Saúde de todos num lucrativo negócio, exortando os trabalhadores e os utentes a participar na luta pelos seus direitos constitucionais.*

# Manifestação Nacional – 15 de Novembro

Pelas 15h do dia 15 de Novembro, a manifestação promovida pela CGTP partirá do Marquês de Pombal para a Praça dos Restauradores.

A Célula do PCP do CHLN apela à manifestação nacional para reivindicar:

→ **Aumento geral dos salários** em 2019 – um acréscimo não inferior a 40€/mês e a fixação do salário mínimo nacional em 650€;

→ **Revogação das normas gravosas da legislação laboral** – caducidade, reposição do princípio do tratamento mais favorável e da renovação automática das convenções;

→ **Rejeição**, na proposta de Lei do Governo, das alterações gravosas à legislação do trabalho;

→ **Fim da precariedade** – posto de trabalho permanente = vínculo de trabalho efectivo;

→ **Redução do horário de trabalho** – 35 horas semanais para todos e rejeição da desregulação dos horários de trabalho (bancos de horas, horários concentrados e adaptabilidades);

→ **Aumento geral das reformas** e dos apoios e prestações sociais;

→ **Defesa e promoção dos serviços públicos** e das funções sociais do Estado.



## Vamos à Luta!

**Boletim da Célula do  
Centro Hospitalar Lisboa Norte  
Out./Nov. 2018**



### Ficha para contacto

Se pretende aderir ao PCP

Preencha os seguintes dados, os quais nos permitirão contactar consigo

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

#### Recorte e envie para:

Partido Comunista Português | Av. da Liberdade, 170 – 1250-146 - Lisboa  
sector.saude@dorl.pcp.pt